

cluído da possibilidade de existência num sistema de relações pacíficas com o Estado. Finalmente, a reestruturação da CNT prova o impacto da repressão e a sua bolchevização pode ser vista como um tipo de instinto de sobrevivência ou de adaptação conjugado com uma indiscutível derrota dos ideais anarquistas.

A originalidade deste trabalho reside na sua dedicação especial à evolução do movimento anarco-sindicalista, alvo de uma repressão muitas vezes negada ou simplesmente desconhecida. Mas François Godicheau relata também a evolução dos corpos de repressão, da legitimidade das instituições, que permitem ao autor efectuar uma reflexão social global, esclarecedora e objectiva, que parte de uma posição que procura ser antes de tudo neutra. Só podemos lamentar a ausência de um comparatismo nítido entre a Catalunha e a Espanha que permitiria a um leitor menos conhecedor perceber a forte especificidade da região aqui estudada.

No final da obra percebe-se nitidamente como Barcelona, terra da revolução e das barricadas, acabou por ser tomada sem resistência alguma pelo franquismo. Pois, adicionando-se à repressão e às divisões políticas e ideológicas, vem também a fome e o esgotamento, moral e físico, assim como ideológico, das populações. O pensamento do quotidiano, da sobrevivência, sobrepõe-se fatalmente ao ideológico. O grande mérito do autor reside em transmitir ao leitor o clima social do momento, muitas vezes deixado de lado, mas essencial para a compreensão das aparentes contradições a que se assiste.

Quase ignorando os temas mais revisitados da guerra, como as experiências comunitárias, o relato de episódios individuais ou o memorialismo, o trabalho de François Godicheau, baseado numa profunda pesquisa dos arquivos e na realização de milhares de fichas individuais de militantes, completa a historiografia da guerra de Espanha, dando-lhe novo incremento. Partindo da problemática das relações entre a organização política e a sociedade, através do caso anarco-sindicalista, faz ressaltar a complexidade da guerra: por trás de um só vocábulo escondem-se múltiplas realidades e conflitos. O que é certo é que a guerra de Espanha contribuiu ao fim de duas características endémicas da sociedade espanhola: um Estado fraco e um movimento anarquista tardio, forte e persistente. Através da repressão contra os elementos radicais, da centralização do poder e da reorganização institucional operada pelo governo republicano abriu-se a via para um Estado estruturado, em seguida recuperado pelo franquismo.

FILIPA FREITAS

Ana Maria Costa Lopes, Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos. Percursos de Modernidade, Lisboa, Quimera, 2005, 749 páginas.

Este livro é fruto de uma excelente tese de doutoramento em Língua e 267

Cultura Portuguesa apresentada na Universidade Católica em 2003. Do ponto de vista metodológico, é um exemplo a seguir, tratando-se de uma investigação muito bem estruturada, como o ilustra o conteúdo da introdução: (1) proposição do tema; (2) período estudado; (3) importância da imprensa periódica; (4) estado da questão; (5) metodologia; (6) perspectivas teóricas; (7) ordenamento do texto. Seguem-se quinze capítulos, divididos em quatro grandes partes, numa abordagem cronológica: «Alguns aspectos da educação e da instrução no século XIX»; «1820-1850: a emergência pública da mulher»; «1850-1870: do desequilíbrio ao equilíbrio de saberes e poderes»; «1870-1890: a voz do progresso e o retorno da tradição». Na impossibilidade de comentar as mais de 600 páginas de texto, serão apenas salientadas algumas ideias.

Em primeiro lugar, o livro tem como fio condutor «saber como se foi produzindo a mudança da mentalidade relativamente à posição e funções da mulher na sociedade e quais os seus factores e actores, para o que se fará o estudo das posições tomadas pelos diversos intervenientes, sobretudo nas questões relativas à instrução e aos papéis femininos» (p. 18).

Em segundo lugar, é meritória a escolha de um período amplo: setenta anos, de 1820 à 1890, do início do liberalismo ao *ultimatum*, cobrindo assim a maior parte do século XIX e permitindo perceber as eventuais mudanças que ocorreram, porque

«ao longo do século XIX as mulheres vão tendo cada vez maiores possibilidades de se exprimirem» (p. 21). Este período, «lato, rico e variado», permite «a verificação do processo de evolução/revolução da mentalidade da mulher portuguesa ou, quem sabe, do seu retrocesso» (p. 22). É, de facto, no século XIX que «começam a soprar os ventos de mudança que se concretizam posteriormente na emancipação» (p. 24).

Em terceiro lugar, sublinha-se a pertinência das fontes escolhidas: mais de sessenta títulos de periódicos femininos, mesmo se muitos tiveram uma vida efémera. A maioria deles são consultáveis na Biblioteca Nacional de Lisboa. Esta investigação representa um levantamento exaustivo e minucioso de toda a imprensa feminina do período estudado. É uma pesquisa empírica rica que servirá de referência e de consulta obrigatória para os investigadores nesta área. Por «periódicos femininos», a autora entende publicações «periódicas, dirigidas ou não por mulheres», que «tinham como público destinatário as mulheres portuguesas» (p. 27). Trata-se então de uma definição abrangente. Esta escolha fundamenta-se porque muitas vezes «a ideia da criação de periódicos femininos partiu do sexo masculino» (p. 30), ao contrário do que aconteceu em França com o caso de uma feminista, Marguerite Durand, que lançou no fim do século XIX um jornal diário, intitulado *La Fronde*, que foi o primeiro a ser inteiramente dirigido, administrado e composto por mulheres.

É de notar que foram também consultados «artigos provenientes de imprensa não feminina» e «obras necessárias à compreensão da mentalidade da época» (p. 29). Assim, a autora estudou também as ideias dos homens porque, como fundamenta, «haveria, mesmo entre os homens, vozes progressistas» [...] «não se conhece bem a visão masculina sobre a educação e a instrução femininas veiculada pela imprensa periódica, sendo crucial tê-la em conta para a comparar com a feminina e verificar se existe sintonia ou não e em que medida ela acontece» (p. 31).

Mas não é apenas o levantamento das fontes que convém louvar nesta investigação, é também a preocupação da autora em problematizar. Apresenta-nos uma reflexão interessante sobre a imprensa como fonte: «A imprensa é um dos lugares privilegiados da manifestação de um pensamento feminino que luta por uma identidade que lhe era negada pelas estruturas sociais»; «o periódico é o lugar próprio da manifestação das ideias novas. É mesmo um dos mais importantes, dos mais livres, dos mais ‘vivazes’ espaços de afirmação das mulheres oitocentistas» (p. 18). A imprensa periódica é «um dos espaços mais abertos a opiniões e, portanto, menos restritivo ou selectivo do que o livro» (p. 31). Funciona como correia de transmissão: presta-se a transmitir todas as vozes das mulheres e é «um dos veículos ideológicos privilegiados tanto do progresso como da tradição» (p. 603). É «o principal espaço público de

debate feminino» (p. 602) e, assim sendo, de visibilidade das mulheres.

A autora fundamenta bem a sua escolha do conceito de «imagens da mulher», mesmo que tivesse sido preferível usar o plural, as mulheres. Uma das contribuições da história das mulheres é a de demonstrar que o singular (a mulher) deve ser evitado. Com efeito, como recorda, com razão, a historiadora francesa Françoise Thébaud: «O singular deve ser proscrito pela sua conotação com uma essência feminina, com uma figura quase intemporal e mesmo com uma condição imutável.» Consequentemente, prossegue esta autora, é necessário que «a mulher desapareça em proveito ‘das’ mulheres na sua diversidade, diversidade de condições sociais, de idades, de religiões..., diversidade de contextos históricos»¹.

Um dos enfoques da investigação de Ana Maria Costa Lopes é a instrução e a educação, «sabido que a mudança de atitudes e de comportamentos é, fundamentalmente, fruto da instrução» e porque «tanto a instrução como a educação intervêm na reprodução de estereótipos ideológicos, de padrões de comportamento que imprimem uma forma de estar e de agir apenas determinada socialmente, na definição de papéis com que a mulher vai construindo, desde menina, uma imagem de si e para si. Por isso, a instrução é o meio privilegiado de autopromoção e valorização social e

¹ Françoise Thebaud, *Ecrire l'histoire des femmes*, Fontenay/Saint-Cloud, ENS Editions, 1998, p. 94.

intelectual e também de reivindicação da igualdade» (p. 21). Em conclusão, sobre a educação, a autora escreve: se «alguns Românticos acompanham o progresso, outros, talvez a maioria, defendem os exemplos educativos e comportamentais mais tradicionais e saudosistas» (p. 604).

Dentro dos vários resultados desta investigação destacam-se, em termos de percursos profissionais, as mulheres vistas como jornalistas, directoras, proprietárias, editoras, administradoras, colaboradoras, redactoras, etc. Outra conclusão mostra que «as oscilações entre a linha da continuidade e da mudança, ou melhor, da mudança para a modernidade e da permanência na tradição, são irregulares e, por vezes, conflituais» (p. 597), ou seja, não é uma história linear, mas sim uma história de avanços e recuos. Outra ideia importante é a «pluralidade ideológica relativamente às questões femininas [...] por alguns intelectuais, e sobretudo pelas mulheres», e uma «consciencialização cada vez maior da injustiça que o sistema vinha impondo à mulher» (p. 598). Nessa perspectiva, a acção da imprensa periódica «foi determinante para a desmistificação das muitas ideias feitas acerca da mulher» (p. 598) e «a investigação mostrou como muitas mulheres tentaram inverter a sua situação de dependência, pondo em causa o ancestral culto de imagens estereotipadas» (p. 606). Esta investigação mostra também «as limitações e as adversidades diversas a que as intelectuais estiveram sujeitas» (p. 601), mesmo que «dísparos sejam as

temáticas tratadas pelas intelectuais, heterogéneas as suas acções» (p. 603).

Quem eram os defensores das mulheres? «Estes elementos progressistas, no seu conjunto, pertencem a uma espécie de «família» intemporal de seres sensíveis à mudança e à luta pela justiça» (p. 599) e a autora constata «que os mais velhos são, por vezes, os mais progressistas» (p. 607). Os defensores formavam uma elite de «personalidades mais informadas» (p. 600).

Qual foi, afinal, o papel da instrução? Foi, sem dúvida, importante, mas não foi suficiente, porque «o problema continuava a residir no modo incompleto ou não democrático como a instrução era entendida e como era implementada então em termos sexuais e de classe» (p. 601). Para finalizar, sublinhe-se que este livro representa um contributo importante para os estudos sobre as mulheres e para a história das mulheres em Portugal.

ANNE COVA

Stephen Castles, Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais, Lisboa, Fim de Século, 2005.

O livro recolhe seis artigos já publicados em inglês por Stephen